

Por Glória Faria (*)



A comercialização de carros movidos a álcool – etanol – remonta, entre nós, à década de 1970, época da criação do Pró-Alcool, quando nos tornamos líderes mundiais de produção. Mantivemos nossa hegemonia até 2003 quando os EUA nos passaram e, perdemos mais uma posição para a União Europeia em 2011. Mantivemos a fonte básica de produção na cana de açúcar enquanto os EUA investiram na celulose que demanda um plantio menos comprometido com o desmatamento e a mobilização de grandes áreas.

Hoje, os veículos elétricos começam a fazer parte da nossa realidade. Já no próximo ano teremos a comercialização de veículos híbridos e elétricos puros no Brasil. Mais adiante, porém, em breve – prevê-se para 2020 - teremos veículos elétricos autônomos rodando pelas nossas cidades.

Vários setores da economia – dentre eles o setor de seguros - estão se preparando para essa nova fase na mobilidade urbana, dimensionando e reestruturando seus produtos e modelos de contratação diante da chegada das novas tecnologias.

Entretanto, na prática, o Brasil tem dificuldades em priorizar os biocombustíveis. Tanto é que, enquanto os investimentos públicos em combustível fóssil – petróleo - continuam crescentes, o mesmo não ocorre com as inversões para os biocombustíveis e as fontes renováveis de energia.

O ministro SARNEY FILHO, nosso representante na COP23, que teve lugar em Bonn em novembro passado, foi enfático no discurso final ao declarar a intenção do governo brasileiro de investir mais em biocombustíveis e ampliar os leilões de fontes renováveis.

É vital que o discurso do Brasil em Bonn não fique só em palavras e que o Governo desça do muro e assuma sua vocação pública de investidor e incentivador das energias limpas e renováveis. Só assim a economia privada poderá crescer significativamente no espaço que lhe cabe e cumprir seu papel de alavancador do desenvolvimento.

(*) **Glória Faria** é Presidente do GNT de Novas Tecnologias.

(11.01.2018)